

Novos Horizontes

O ESG como pilar de base

Pedro Brinca

*Professor de Economia da Nova School
of Business Economics*



Hoje, à imagem de tantas outras dimensões da vida das pessoas, também o consumo está politizado. A escolha é uma arma de pressão económica e política que importa ter em linha de conta e que pode ditar o destino de muitas empresas e/ou produtos. Não obstante, é possível ir para atrás, bastante até, para encontrar exemplos. Em 1820, naquele que terá sido porventura um dos primeiros boicotes de consumidores na história, foi lançada uma campanha contra o açúcar que era produzido nas, então, Índias Ocidentais. O recurso a mão de obra escrava e as condições a que os trabalhadores eram sujeitos motivaram Elizabeth Heyrick a liderar um conjunto de iniciativas de sensibilização de consumidores e retalhistas.

Este tipo de iniciativas popularizou-se e o conceito expandiu-se do consumo ao investimento responsável. Nos anos 1960 surgiu a prática de investimento socialmente responsável quando se excluíam dos portfólios de investimento, participações em empresas que mantivessem relações comerciais com a África do Sul, em protesto contra o sistema de *Apartheid* em vigor no país à data.

O tema nunca esteve mais no centro das atenções. A título de exemplo, em 2018, a Burberrys admitiu que destruiu produtos que não vendia de forma a manter o valor dos mesmos. Isto motivou protestos de muitos consumidores preocupados com o ambiente e levou a uma declaração da empresa de que iria parar com essa prática.

Ainda este ano, Miguel Milhão, fundador da Prozis, fez declarações polémicas sobre o direito à interrupção voluntária da gravidez nos EUA e as reacções não se fizeram esperar. Influencers e consumidores correram às redes sociais para protestar e anunciar o fim do seu relacionamento com os produtos da marca.

As próprias Nações Unidas em 2006, no seu relatório dos Princípios para um Investimento Responsável, ligava a adoção de critérios ESG (*Environment, Social and Governance*) a boa

performance financeira e, por essa altura, algumas entidades regulatórias começaram a exigir a inclusão de critérios ESG na avaliação financeira de empresas. Nessa altura, 63 empresas, compostas por proprietários de ativos financeiros e gestores de ativos entre outros, assinaram um acordo para a constituição de uma carteira de gestão de ativos que incluísse critérios ESG na sua constituição. Em 2020 eram mais de 2750 entidades que representavam mais de 80 triliões de dólares de ativos.

O senador dos EUA Sherrrod Brown descreveu a lógica do que tem feito a adopção de critérios ESG uma dimensão tão crítica para a vida das empresas:

“Nós sabemos que quando as empresas ignoram riscos de longo prazo, trabalhadores, pequenos investidores e consumidores, todos pagam por isso. Mas não são apenas estes. Estas práticas prejudicam as próprias empresas. Estudos atrás de estudos mostram que os investidores que tem em linha de conta a maneira como as empresas afetam os trabalhadores, comunidades e o ambiente, tem melhor performance ao longo do tempo.”

Mas com a ubiquidade do tema vieram também os abusos. A título de exemplo, vários grupos de ativistas fizeram recentemente manifestações em que diziam que cerca de 60% das pretensões em termos de sustentabilidade feitas por marcas da área da moda eram *greenwashing*, o termo usado para descrever anúncios de práticas de sustentabilidade que eram exagerados, falsos ou enganadores.

Neste contexto, uma vaga de fundo relativamente a uma definição mais precisa das práticas ESG, maior transparência e ao mesmo tempo maior fiscalização, começou a surgir, mesmo por parte de instituições como a Securities and Exchange Commission, o equivalente à nossa CMVM, mas nos EUA. As organizações vêm-se a braços hoje com uma realidade que lhes exige que seja claro e transparente qual a performance que têm na dimensão ESG.

Nesse sentido, o desenvolvimento dessa dimensão nas orga-